

# Moreira ainda crê nas eleições em 88

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, deixou claro ontem que não acredita na inviabilidade das eleições presidenciais no ano que vem em decorrência do atraso da Constituinte. Embora considere negativo esse atraso, Moreira argumentou que uma eleição pode ser realizada em pouco tempo, e citou como exemplo a própria história do País: «Getúlio Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945 e em dois de dezembro do mesmo ano eram realizadas as eleições», lembrou.

Para Moreira Franco, as «pessoas de Brasília» ficam muito preocupadas com o enfoque político dos fatos, quando o problema do atraso da Constituinte está muito mais relacionado, no seu entendimento, «com o dano econômico, social e individual» provocado por esse atraso. A demora em elaborar a nova Carta — disse — é perigosa na medida em que o País fica parado por falta de definição legal. «As pessoas estão sem saber como viver», frisou.

## Governadores cobram a Carta

O adiamento dos trabalhos constitucionais, resultante da indefinição sobre o regimento que irá presidir as votações no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, preocupa os governadores. Ontem pela manhã, durante a solenidade de entrega da Ordem do Congresso Nacional, no Salão Negro, os governadores Moreira Franco, do Rio, Alvaro Dias, do Paraná, Pedro Ivo, de Santa Catarina, e Fernando Collor, de Alagoas, pediram uma rápida definição do texto constitucional.

«O País está em compasso de espera, alguns setores produtivos fundamentais estão aguardando uma definição», ponderou o governador Alvaro Dias. «Cada dia em que se adia a promulgação da nova Constituição, é mais um dia de angústia, de preocupação, de incerteza. Deveríamos abreviar este trabalho, pois só a partir dele teremos a definição dos rumos para a política brasileira», afirmou Pedro Ivo.

## Fiesp prega o diálogo para debelar a crise

São Paulo — O discurso feito ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, durante almoço de confraternização com a imprensa, sintetizou a principal preocupação do empresário no momento atual. «O Brasil necessita, urgentemente, de um entendimento que afaste a crise de governabilidade pela qual está passando e impeça que a dúvida seja uma constante na vida do nosso povo e dos nossos empresários», disse.

A crise decorre, segundo o empresário, das decisões que foram votadas pela Comissão de Sistematização da Constituinte e que, no entender de Amato, representam «uma situação de ditadura da minoria, na qual a vontade do povo em nenhum momento foi respeitada». Para o líder da Fiesp, o povo, nas últimas eleições, «votou pelo centro e não pelos extremos».

Amato insistiu em que o desen-

O governador defendeu a definição de rumos pelo PMDB, argumentando que a transição já se esgotou «e não podemos ficar no lodo», ou seja, «permanecer na indefinição». «De qualquer modo, segundo ele, é preciso trabalhar sobretudo «pela e para a unidade do partido». Assim, ao lado da garantia de «amplo debate» no partido, é preciso — segundo o governador do Rio — ter a capacidade de entendimento para que o PMDB não se fracione».

A respeito da inquietação de setores do PMDB que exigem um debate interno urgente, por considerarem que está havendo um «desvio de rumos», Moreira Franco disse que isso não pode ser considerado uma agressão à unidade partidária, mas até uma «contribuição» para essa unidade. «Os conflitos têm que ser respeitados», acrescentou, pedindo ainda uma mobilização das bases peemedebistas, para a discussão das questões trabalhistas e sociais na Constituinte.

Em linha mais oposicionista que os demais governadores, o de Alagoas, Fernando Collor, disse que tinha pressa na definição da nova Constituição para que se viabilizem as eleições presidenciais no próximo ano. «Precisamos de eleições presidenciais para expulsar os ratos que estão pilhando as nossas divisas e rendimentos e roubando o nosso País», afirmou Collor.

«O problema agora não é se o mandato do presidente vai ser de quatro ou cinco anos», discorreu Alvaro Dias. «Trata-se de saber se a Constituinte vota ou não a Constituição. A Comissão de Sistematização radicalizou alguns temas e afastou a possibilidade de entendimentos. O adiamento dos trabalhos constitucionais praticamente inviabiliza as eleições», opinou o governador do Paraná. E concluiu: «Se a Constituinte decidir por eleições presidenciais em 1988, que sejam eleições gerais».

volvimento do País depende de uma «opção franca pela livre iniciativa». Exatamente o contrário, segundo ele, do que tem acontecido na Sistematização. A comissão, para Amato, optou por tentar «equilibrar, sem o conseguir, medidas liberalizantes com dispositivos estatizantes, populistas e demagógicos». Ele disse ainda que «as propostas vencedoras, até agora, apenas toleram a iniciativa privada, além de serem preconceituosas em relação ao capital estrangeiro. Ora, isso é uma sandice», exclamou.

Para ele, a formação do «Centrão», grupo conservador que pretende reverter as principais teses econômicas aprovadas pela Sistematização (como estabilidade no emprego, semana de 44 horas, pagamento em dobro das horas extras, definição de empresa nacional), representa «um alento». O «Centrão» estaria tentando «fazer a Constituinte voltar à racionalidade», explicou.

## Maciel inicia articulações com Brizola

Rio — O presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, (PE), iniciou ontem, no Rio, articulações para definir uma estratégia conjunta entre o seu partido, o PDT, o PT e setores do PMDB, a fim de assegurar a manutenção do presidencialismo.

De manhã, no gabinete do presidente da companhia de comércio e Navegação, Hélio Paulo Ferraz, Maciel conversou durante duas horas com o presidente do PDT, Leonel Brizola, a quem manifestou a intenção de unificar as forças presidencialistas para que, no plenário da Constituinte, seja derrotada a posição parlamentarista, vitoriosa na Comissão de Sistematização.

Saída Maciel e Brizola conversaram, ainda, sobre eleições presidenciais em 88. Ambos, após o encontro, disseram estar convencidos de que o plenário ratificará a posição da Comissão de Sistematização, determinando um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Para Marco Maciel, a realização de eleições no próximo ano é a solução para a crise política que mais convém ao presidente José Sarney. Esse foi o segundo encontro de Maciel e Brizola nos últimos seis meses. Em junho, reuniram-se na sede do PDT, ocasião em que Brizola condicionou o prosseguimento das negociações a aceitação da tese das eleições em 88.

Brizola repisou a necessidade de eleições presidenciais em 88. Disse que Marco Maciel deveria tentar convencer o presidente José Sarney de que esta é a melhor saída política para o País.



Peemedebistas históricos pretendem realizar, em fevereiro, uma convenção extraordinária para definir os pontos polêmicos

## Solução para o impasse só ano que vem

A solução para o impasse causado pela discussão do Regimento Interno da Constituinte ficará para o dia 4 de janeiro. O presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), suspendeu a reunião que teria com os membros do «Centrão», PT e PDT, porque os grupos não chegaram a um acordo para que o regimento fosse votado ontem.

Os líderes do PT e do PDT, deputados Luis Inácio «Lula» da Silva (SP) e Brandão Monteiro (RJ), distribuíram nota denunciando «as manobras do «Centrão», cujos integrantes abandonaram Brasília, deixando a Constituinte às moscas e consequentemente sem número legal para funcionar».

Depois de distribuir a nota, Lula e Brandão Monteiro foram ao gabinete de Ulysses Guimarães para «Centrão» pelo impasse nas negociações para a conclusão do Regimento Interno da Constituinte. O líder do PDT acusou o grupo de protelar as conversações durante os três últimos dias, «para depois dizer que não pôde negociar porque não tem ninguém em Brasília. Estão apostando no impasse político», adverte Brandão Monteiro.

### Responsabilidade

«Fizemos tudo que foi possível para apresentar uma solução, mas nada foi feito», afirmou o líder do PT, responsabilizando também o «Centrão» pelo impasse e ausência das últimas sessões da Constituinte. Segundo Lula, o grupo conservador é o único culpado pelo atraso nos trabalhos da Assembleia.

O deputado José Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos inúmeros interlocutores do «Centrão», diz que a exigência das esquerdas, que queriam uma preferência automática por capítulo para cada partido, é inaceitável. De acordo com Andrada, se essa possibilidade fosse aceita «correríamos o risco de parar a Constituinte várias vezes».

A razão alegada para o impasse é que a preferência automática teria que ser submetida a votação prévia pelo plenário antes de ser apreciado o seu mérito. Entretanto, o «Centrão» teme que, dando a preferência automática para os pequenos partidos, vários de seus substitutos ao projeto de Constituinte possam ser emendados novamente pelas esquerdas por esse artifício regimental.



Ulysses e Cabral: só em 88

## Plenário se reúne no fim de janeiro

Com o adiamento da discussão sobre a alteração do Regimento Interno, o plenário da Constituinte só deverá começar a analisar o projeto de Constituição, já aprovado pela Comissão de Sistematização, no final de janeiro. Isso se o impasse que provocou o adiamento não continuar.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), já marcou uma sessão para o dia 4 de janeiro. Nela, não se deverá votar nada, já que nesse dia as negociações deverão ser retomadas. Se o acordo for conseguido no dia seguinte, o prazo para a apresentação de emendas começa a contar a partir do dia 6. Os constituintes terão sete dias para apresentá-las.

Terminado esse prazo, o relator da Comissão de Sistematização terá mais sete dias para analisar o mérito das emendas. O parecer do relator é publicado e no dia seguinte começa a contar o prazo de três dias para os constituintes começarem a pedir destaques das emendas publicadas.

Esses pedidos de destaques também deverão ser publicados e a partir de então é que deverá ser marcada a data para o início das sessões da Constituinte destinadas a apreciar o projeto.

# Históricos decidem por confronto com o Centrão

O movimento dos históricos do PMDB decidiu, ontem, partir para o confronto com os políticos do partido integrantes do «Centrão». Para isto, marcou para o dia 9 de janeiro uma ampla reunião em Brasília, convidando governadores, parlamentares e prefeitos, que irão examinar as propostas a serem levadas a uma convenção extraordinária do PMDB.

A data da Convenção ainda não está marcada, mas o senador Mário Covas, que era contra a sua convocação e cedeu diante da maioria favorável, informou que a intenção do grupo é de realizá-la «o mais rapidamente possível». A expectativa é de que seja feita no início de fevereiro, com a deliberação partidária em todas as questões polêmicas que o partido evitou tomar posição nos últimos tempos, como a duração do mandato do presidente José Sarney.

## Trincheira de resistência

Esta é a íntegra da nota divulgada ontem, em Brasília, pelos «históricos» do PMDB:

Não podemos deixar cair essa bandeira

O PMDB foi a trincheira de resistência e luta contra o autoritarismo. Seus compromissos sempre estiveram ligados aos autênticos anseios de nosso povo, por uma democracia real, capaz de unir os brasileiros na luta comum contra a injustiça, o arbítrio, a violência e o desaparecimento de milhões de conterrâneos condenados à miséria.

Foi o PMDB, como a maior força política organizada no País, o condutor da luta que levou o Brasil ao reencontro com o regime democrático.

A tragédia que se abateu sobre a Nação, com a morte de Tancredo Neves, levou o PMDB a uma situação de perplexidade. A vitória esmagadora de 1986, ao contrário de

A coordenação do movimento dos históricos ficará centralizada no gabinete do senador José Richa. O deputado Ulysses Guimarães tem manifestado preocupação em conversas reservadas, com a realização de uma nova convenção. Ele receia que a dívida irremediavelmente o partido. Covas contesta: «Não dá é para continuar como está. Não há divisão nas bases, mas a nível de representação ela é inegável. Temos 130 parlamentares dissidentes».

Os históricos divulgaram, ontem, uma nota na qual afirmam que «a vitória esmagadora em 1986, ao contrário de afirmar o partido como força política plural e lhe dar instrumentos capazes de assegurar as mudanças, o fez mergulhar numa crise sem precedentes em sua história».

Sem citar o governo Sarney, a nota lhe faz uma crítica indireta: «Cumpra neste momento difícil,

afirmar o partido como força política plural e lhe dar instrumentos capazes de assegurar as mudanças, o fez mergulhar numa crise sem precedentes em sua história.

Cumpra neste momento difícil, reafirmar os compromissos históricos do partido. Para o autêntico PMDB, o exercício do poder tem o sentido político elevado, de defesa do interesse público e não de uma ação entre amigos e vantagens pessoais. O compromisso do PMDB é programático.

O momento exige das lideranças do partido uma resposta à altura desses compromissos. E preciso resgatar a verdadeira face do PMDB: Movimento Democrático Brasileiro. Sua missão é a de construir a democracia brasileira, que há de ser o governo do povo, para o povo e, acima de tudo, com o povo de nossa terra. Chegou a hora de reafirmar a linha histórica do partido.

Não podemos deixar cair essa bandeira».

reafirmar os compromissos históricos do partido. Para o autêntico PMDB, o exercício do poder tem o sentido político elevado de defesa do interesse público e não de uma ação entre amigos e vantagens pessoais. O compromisso do PMDB é programático».

Participaram da reunião de ontem, entre outros, os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Mauro Benevides, Pompeu de Sousa, Chagas Rodrigues, Mansueto de Lavor, Dirceu Carneiro, Nelson Wedekin, Mendes Canalle, Ronan Tito, Márcio Lacerda e Nelson Carneiro, o ex-governador Franco Montoro, o prefeito Paulo Rattes, de Petrópolis, e os deputados Pimenta da Veiga, Fernando Gasparian, Oswald Lima Filho, Hélio Duque, Newton Friedrich, Ana Maria Rattes, Rose de Freitas, Jorge Hage e Paulo Ramos.

## Para Alceni, grupo deverá ter mais peso

O deputado Alceni Guerra (PFL-PR) afirmou ontem que a transferência de toda a bancada do PFL de Minas do «Centrão» para o «Centrinho» reflete apenas uma tendência natural que levará o grupo disposto ao entendimento a se tornar o «fiel da balança» na Constituinte. «Queríamos a adesão de mais de 100 parlamentares para nos tornarmos influentes. Já temos 130, sem contar os 10 mineiros que ingressaram agora», enfatizou o parlamentar.

Segundo Alceni, a «tendência natural» é que os integrantes do «Centrão» migrem «lenta, segura e gradualmente» para o «Centrinho», mas isso não implicará numa inversão de tendências, com o «Centrinho» se transformando num «Centrão», segundo ele, porque o objetivo dos que criaram o novo grupo é a «compatibilização de ideias» e portanto os que se transferirem para ele têm que estar imbuidos da mesma causa.

O parlamentar lembrou que a disposição predominante no «Centrinho» não é a de fazer um texto novo para a Constituição em relação ao que já foi discutido, mas sim buscar composições em cima do atual projeto. «A maioria está disposta a evitar qualquer radicalização», garantiu, «e portanto os que vierem para o grupo deverão estar dispostos a manter o diálogo».

Criado após o surgimento do «Centrão», o «Centrinho» surgiu como reação às «radicalizações de extrema direita ou extrema esquerda», segundo define um de seus líderes, o deputado Jayme Santana (PFL-MA). Composto também de lideranças do PMDB e de pequenos partidos, o grupo inicialmente conseguia reunir pouco mais de 30 parlamentares e agora já há integrantes que até consideram a hipótese de vir a se formar um novo partido, de linha social-democrata, a partir do movimento.

## PM manterá 50 soldados no Congresso

O policiamento das áreas externas e adjacências do Congresso Nacional será efetuado por cerca de 50 homens da Polícia Militar do Distrito Federal, já a partir da próxima semana. Convênio nesse sentido foi assinado ontem entre o governador José Aparecido, do Distrito Federal, e o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no Palácio do Buriti.

Ulysses Guimarães lembrou que tomou a iniciativa de pedir ajuda ao Governo do Distrito Federal após recentes manifestações nas galerias do plenário da Assembleia Nacional Constituinte, que resultaram em agressões a parlamentares.

«As manifestações têm perturbado o andamento dos trabalhos e isso não pode acontecer aqui e em nenhum país democrático», destacou Ulysses Guimarães. Ele frisou que, se for possível, haverá um policiamento ostensivo do lado de fora do Congresso nos primeiros dias da medida, com vistas a reordenar o acesso à casa.

## Ausências marcam final dos trabalhos este ano

Uma sessão vazia e desmotivada marcou ontem o encerramento dos trabalhos da Assembleia Constituinte em 1987. Devido às divergências entre os grupos conservadores e progressistas, que se agravaram com a proposta do «Centrão» de alterar o Regimento Interno da Casa, foi frustrada a expectativa do seu presidente, deputado Ulysses Guimarães, de promulgar a nova Constituição ainda este ano.

Ao contrário, a Constituinte reinicia, no dia 4 de janeiro, suas atividades sem que tenha sido concluída a votação do seu Regimento Interno. Assim, as novas previsões são de que somente em abril de 1988 sejam finalmente completados os trabalhos de elaboração da futura Carta.

A sessão de ontem foi aberta com a presença de apenas 141 constituintes no Congresso Nacional. Pior, em plenário, havia apenas cinco parlamentares quando o presidente em exercício da Mesa, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), deu início ao pequeno expediente. A frequência máxima contou somente com 30 constituintes.

## Senado faz sessão relâmpago

Mesmo tendo se autoconvocado extraordinariamente, na semana passada, para discutir o pacote fiscal durante o mês de dezembro, Congresso Nacional, Câmara e Senado decidiram ontem suspender suas atividades até o dia 4 de janeiro próximo. A sessão vespertina do Senado durou menos de um minuto e teve a presença de apenas dois senadores, Dirceu Carneiro (PMDB-SC) e Francisco Rollemberg (PMDB-SE).

Francisco Enquanto Rollemberg lia a ata da reunião anterior, o seu colega de Santa Catarina presidia a estranha sessão. Em plenário, apenas os taquígrafos e os seguranças testemunhavam o total esvaziamento daquela Casa. Imediatamente

Como resultado de 11 meses de trabalho, a Constituinte chega ao final deste ano com um projeto de Constituição elaborado a partir das subcomissões e comissões temáticas e aprovado pela Comissão de Sistematização, cujo relator é o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O anteprojeto ainda deverá ser submetido à apreciação de plenário, em dois turnos, após a fixação definitiva das regras de votações da matéria.

Ao usar o horário reservado à liderança do PMDB na Constituinte, o vice-líder Euclides Scalço (PR) definiu a posição do partido em relação aos trabalhos realizados pelos constituintes em 1987: «A caminhada de fevereiro a esta parte foi difícil, árdua e com muitas incompreensões. Mas, apesar de tudo, temos um texto elaborado, e responder às aspirações da maioria da população, embora setores da Constituinte e da própria sociedade, os que sempre participaram dos privilégios do Poder, não guardem medidas para criticá-lo como esquerdista e socializante».

## Recesso

A falta de quorum no Parlamento evidencia que a maior parte dos parlamentares já viajou para seus estados de origem, iniciando um recesso que oficialmente só começaria no próximo dia 20. O secretário-geral da Mesa de Assembleia Nacional Constituinte, Paulo Afonso Martins de Oliveira, prefere não chamar de recesso, mas apenas de suspensão das sessões tanto da Constituinte, como da Câmara, Senado e Congresso, que somente retomam seus trabalhos no dia 4 de janeiro, após as festas natalinas e de fim de ano.